



PROJETO DE LEI Nº DE 2011
(Do Sr. Emiliano José e outros)

Inscribe os nomes de Carlos Marighella e Luiz Carlos Prestes no “Livro dos Heróis da Pátria”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inscrevam-se os nomes de Carlos Marighella e Luis Carlos Prestes no “Livro dos Heróis da Pátria”, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Luiz nasceu em Porto Alegre, no crepúsculo do século XIX, 3 de janeiro de 1898. O pai, Antônio, capitão de engenheiros do Exército, morreu cedo, com apenas 38 anos. Avançado para o seu tempo, Antônio Pereira Prestes foi um dos signatários dos célebres “pactos de sangue” firmados por jovens oficiais liderados por Benjamin Constant, participando ativamente da proclamação da República. A mãe, Leocádia Felizardo Prestes, também nasceu em berço progressista. O pai dela , Joaquim José Felizardo, era maçom, republicano e abolicionista. Uma família que cultivava a cultura e o humanismo. Talvez aí esteja uma parte da explicação para o destino grandioso reservado a Luiz. Essa âncora, uma família sintonizada com as melhores causas de seu tempo, lhe deu régua e compasso para seu encontro com a história.

Carlos nasceu no alvorecer do século XX, 5 de dezembro de 1911. O pai, Augusto, viera de Ferrara, norte da Itália, e se casara com Maria Rita do Nascimento, filha de uma negra haussá, e com ela terá oito filhos. Carlos, o primeiro deles, nasceu no Desterro, sugestivo nome de rua vizinha à Baixa dos Sapateiros, em Salvador. E será ele que imortalizará o nome da família. Augusto Marighella tinha simpatias pelo socialismo, mas suas paixões maiores eram a mecânica e a tecnologia. Ensinou os baianos a produzir um combustível líquido a partir de produtos vegetais. E convertia motor a gasolina em motor a gasogênio. Um precursor. O filho tinha as letras como paixão. Ainda menino, completou a alfabetização da mãe, tornando-a capaz de ajudar os demais irmãos nas tarefas escolares. Daquele berço, saíria para a história, como Luiz.

Luiz estudou no Rio de Janeiro. Primeiro, no Colégio Militar, depois na Escola Militar de Realengo. A carreira militar era uma ótima opção para jovens de famílias pobres, quanto mais se órfão de um oficial de Exército. Aos 22 anos, diploma-se como engenheiro militar. E em 1922, chega a capitão de engenheiros do Exército, patente do pai quando morrera. E chega por merecimento. Sua carreira no Exército foi curta: de 1920 a 1924. Participa ativamente de movimentações da jovem oficialidade contra irregularidades no Exército e contra a República Velha. Foi um dos líderes do que viria a ser conhecido como tenentismo, movimento que influenciou decisivamente a história do Brasil na década de 1920 e que viria contribuir para a eclosão da Revolução de 30. Em 28 de outubro de 1924, começa o levante tenentista no Rio Grande do Sul, e tem início então a longa marcha dos tenentes Brasil afora, que ficaria conhecida como a Marcha da Coluna Prestes. Ali, Luiz Carlos Prestes entrava definitivamente no painel dos heróis da Pátria, mergulhando como protagonista na história do Brasil.

Carlos desde cedo foi um indignado. Não se conformava diante de injustiças. Ainda menino, se revoltava quando via negros carregando brancos nas costas para evitar que os sapatos e as calças deles se sujassem nas ruas enlameadas. Embora o “costado” fosse pago, era, para ele, como se a escravidão continuasse. Folgazão, carnavalesco, capoeirista, namorador contumaz, Carlos, além das letras, tomou-se de

outra paixão, que o acompanhará a vida inteira, até morrer: a política. Sua aproximação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) aconteceu cedo, logo que ingressou na Escola Politécnica, início dos anos 30. Enfrenta a primeira prisão em 1932, quando Juracy Magalhães, interventor baiano, manda cercar a Faculdade de Medicina, na Praça da Sé, onde se realizava uma assembléia favorável à Constituinte, e prende 512 estudantes e sete professores, entre eles Carlos.

Prestes conduz a Coluna de modo criativo, garantindo, de um lado, a intensa participação dos soldados, e de outro, a disciplina. Sem os dois, sabia, não conseguiria enfrentar a força do exército governista, muito mais equipado e com número de soldados muito superior. Sai-se tão bem no comando de seus homens que o general Miguel Costa, reconhecendo as qualidades de liderança de Luiz, entrega-lhe na prática o comando da Coluna, uma das mais extraordinárias experiências militares de que se tem notícia. A Coluna era uma espécie de denúncia, um grito de revolta diante da natureza conservadora, reacionária da República Velha. Era como se desse um sinal à sociedade brasileira de que era possível derrotar o conservadorismo da política do café com leite, que consistia no revezamento entre São Paulo e Minas Gerais na presidência da República, e no predomínio dos interesses agrário-latifundiários. A Coluna passou dois anos e três meses serpenteando pelo Brasil, percorrendo mais de 25 mil quilômetros e 13 estados. Travou 53 combates, sempre em inferioridade numérica, derrotou 18 generais. Não sofreu uma única derrota. A Coluna ingressa na Bolívia em 3 de fevereiro de 1927, com a moral em alta, certa de haver cumprido o seu dever, e contava então com apenas 620 homens. Uma epopéia. Com um grande líder: o Cavaleiro da Esperança Luiz Carlos Prestes.

Carlos sai da prisão ainda em 1932 com o prestígio em alta no PCB pelo espírito de luta que vinha demonstrando. Aqui já começava a avultar sua coragem, uma marca que o acompanhará por toda a vida. Lança-se ao trabalho de organização do PCB na Bahia, especialmente entre os jovens. Começa a ser visto como um militante capaz de assumir tarefas mais importantes no PCB. No início de 1936, sem concluir Engenharia, é mandado para o Rio de Janeiro, com a tarefa de ajudar na organização do

partido no Estado. O Brasil vivia um clima tenso, e o Rio de Janeiro de modo particular. Havia milhares de prisioneiros políticos no País, avaliados em mais de 17 mil pelo jornal francês L'Humanité, ou em 20 mil pelo próprio PCB. Estavam presos Hermes Lima, Graciliano Ramos, Anísio Teixeira, Patrícia Galvão, além do secretário-geral do partido, Antônio Maciel Bonfim.

Na Bolívia, na Argentina e no Uruguai, Prestes reflete sobre o Brasil, sobre a miséria que havia encontrado nas profundezas do País, e passa a ler Marx, Engels e Lênin. Essa aproximação com o marxismo é que provavelmente o levou a não acompanhar os tenentes que fizeram a Revolução de 30. É convidado a ir à União Soviética pela Internacional Comunista, e lá é contratado como engenheiro. Em agosto de 1934 é aceito no PCB. Volta para o Brasil clandestinamente em abril de 1935, depois de haver sido aclamado, mesmo fora do País, como presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma ampla frente política que se dispunha a lutar contra o imperialismo, o latifúndio e contra a ameaça fascista representada pelo integralismo. Caio Prado Júnior dirá que a ANL, quando de seu fechamento por Vargas, em julho de 1935, teria entre 70 e 100 mil militantes. O PCB, em novembro de 1935, iniciou uma tentativa insurrecional nos quartéis, deflagrando movimentações no dia 23 de novembro em Natal, 25 em Recife e 27 no Rio de Janeiro, tentativa sufocada por feroz repressão. Prestes, mais tarde, irá reconhecer que a tentativa foi decorrente do que chamava influência do radicalismo pequeno-burguês na direção do PCB, sob a forma específica do “golpismo tenentista”. Convertido ao marxismo, falava do que conhecia.

Carlos é novamente preso no Rio de Janeiro, no dia 1º de maio de 1936, e arrastado à Rua da Relação, onde funcionava a polícia encarregada da repressão aos comunistas. Torturaram-no sem dó, nem piedade. Conheceram um homem que dirá não ter tido tempo para ter medo. Nunca. Carlos Marighella foi torturado durante 23 dias ininterruptamente: apertavam-lhe os testículos, enterravam alfinetes de gravatas sob as unhas, queimavam-lhe a pele com pontas de cigarro aceso, afora a pancadaria por todo o corpo, e particularmente concentrada nos rins. Desmaiou várias vezes. Filinto Müller era o sinistro

comandante das torturas e de toda a repressão. Cabe lembrar pronunciamento do deputado João Mangabeira, em 1936: “O que se fez com o estudante de engenharia Marighella, no dia 1º de maio, é de fazer piedade a um coração empedernido. As torturas infligidas a esse rapaz, a noite inteira chicoteado, pisado, ora na Polícia Central, ora na Polícia Especial, se revelam até nas fotografias que tenho, publicadas num dos jornais matutinos, com seu retrato como comunista, com tabela em que vem o seu número. Tudo isso se passou, realmente, sob a chefia do senhor Müller. Tudo isso, de que a Câmara não tem notícia, monstruosidades como essa, que degradam a civilização brasileira e desonram nosso nome perante o mundo civilizado, tudo isso foi perpetrado por esse chefe de polícia que hoje tem a desfaçatez de aparecer de público dizendo que o governo agiu com brandura!”

Prestes e sua companheira Olga Benário Prestes são presos no dia 5 de março de 1936, no rastro da intensa repressão que se seguiu à tentativa insurrecional de novembro de 1935. É condenado a mais de 47 anos de prisão. Olga é deportada para a Alemanha mesmo estando no sétimo mês de gravidez. Após dar à luz a sua filha Anita Leocádia, é assassinada numa câmara de gás no campo de concentração de Bernburg, em abril de 1942. Prestes passa nove anos preso, a maior parte dos quais em completo isolamento. Preso, vê seu nome aclamado pelo partido, que o elege secretário-geral na chamada Conferência da Mantiqueira, em 1943. Também Marighella será eleito integrante do Comitê Central. Prestes apóia firmemente a decisão da Conferência de “União Nacional” com Vargas contra o nazifascismo. A razão política, se não superava suas dores pessoais, colocava-se à frente delas. Dirá que “os interesses do povo brasileiro estão acima das minhas tragédias pessoais”. Tinha consciência, seguindo a visão dos comunistas de todo o mundo, que o pior inimigo da humanidade naquele momento era o nazifascismo. Enquanto esteve preso, recebeu solidariedade de militantes e personalidades do mundo inteiro, que o cumulavam de cartas de solidariedade e de respeito. Em abril de 1945, Vargas assina decreto de libertação dos prisioneiros políticos, e Prestes, depois de nove anos, ganha a liberdade. Em outubro, chegam ao Brasil sua filha Anita Leocádia, que ela ainda não conhecia, e sua irmã Lygia.

Dessa segunda prisão, Carlos Marighella sai no dia 15 de julho de 1937. Volta às atividades clandestinas de reorganização do PCB no Rio de Janeiro. Lembre-se que logo depois, 10 de novembro, Vargas dá um golpe e institui o Estado Novo, de triste memória. Carlos Marighella encontra o partido em conflito, resultado das discussões em torno das esperadas, mas não realizadas, eleições presidenciais de janeiro de 1938, cujos dois candidatos, Armando Sales de Oliveira e José Américo de Almeida, dividiam os comunistas. Logo, no entanto, sempre clandestino, será chamado a São Paulo, tornando-se rapidamente o principal dirigente do partido no Estado.

Logo que sai da prisão, Prestes se envolve profundamente na luta política pela democratização do Brasil. O PCB conquistava a sua legalidade de fato, nas ruas. Prestes participa de memoráveis comícios, como o do Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1945, e o do Estádio do Pacaembu, em São Paulo, em 15 de julho de 1945. Os comunistas batiam-se pela Constituinte e, também, contra o golpe de direita que pretendia derrubar Vargas, o que acaba ocorrendo em 29 de outubro de 1945. Vargas é derrubado no momento em que começa a defender posições progressistas, como a liberação dos presos políticos, o fim da censura, a legalização do PCB, o reatamento de relações diplomáticas com a URSS e a convocação de eleições gerais para o Legislativo e o Executivo. Aqui, entende-se a posição do PCB em relação a Vargas, e compreende-se melhor por que Prestes dirá que os interesses da política se sobrepunham às suas dores pessoais.

Marighella não demorou muito tempo em liberdade. Foi preso novamente, na esteira da repressão que levou à prisão todos os integrantes do Comitê Regional do PCB em São Paulo, no dia 26 de maio de 1939. Novamente, violentamente torturado, e ele narrará não só as torturas que ele próprio sofreu, como a de seus companheiros, na CPI sobre os Atos Delituosos da Ditadura, instalada na Câmara Federal depois da queda da eleição de Eurico Gaspar Dutra. “Havia o processo dos ‘adelfis’, que era enfiar um estilete de taquara ou um alfinete por debaixo das unhas. Havia também a ‘americana’, que consistia em fazer permanecer de pé o preso, com uma máscara afivelada ao rosto e sem

poder respirar. Havia ainda o processo das esponjas com mostarda aplicada às senhoras. Espancavam-se até crianças, como foi o caso da filha de Antônio Xavier, em 1940, e submetida a terríveis torturas.” Sairá da prisão somente em abril de 1945, com a anistia. É candidato a deputado federal pelo PCB, na Bahia. Único da Bahia a ser eleito nas eleições de 2 de dezembro de 1945, faz companhia a outros 13 deputados federais do PCB e ao senador Prestes.

Prestes foi o candidato a senador mais bem votado do Brasil, com 160 mil votos, afora o fato de ter sido eleito deputado por três estados, o que era permitido à época. O PCB, sob a legalidade, começara bem. Na Constituinte, os comunistas defendem, entre tantos pontos, o direito de voto a todos os brasileiros, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros. A garantia efetiva da liberdade de opinião, de consciência, de reunião, de associação, de pensamento. O direito de greve. O direito à terra pelos que não tinham terra. A completa igualdade de direitos, sem distinção de sexo, religião ou nacionalidade. Prestes dirá que não era capitulando diante dos reacionários que se defendia a democracia. “A maneira de defendê-la consiste em lutar por ela até o fim e lutar decisivamente”. A Constituição de 1946 não foi tão avançada como queriam os comunistas, mas conquistou alguns direitos graças aos comunistas, como o direito de greve. Prestes, para além do grande comandante militar da Coluna, afirmava-se também como parlamentar. Certamente, nunca esqueceu o dia 31 de janeiro de 1946, quando tomou posse. Ao ter o nome anunciado, houve um delírio, uma salva de palmas talvez nunca mais vista no Palácio Tiradentes. Nem o soar estridente da campainha da mesa que dirigia os trabalhos fazia com que a platéia parasse de bater palmas.

Marighella nadou de braçada na atividade parlamentar. Consagrou-se como um dos mais ágeis, férteis e inventivos deputados da Câmara Federal. Em dois anos de mandato, faria 195 discursos e travaria debates em que alternava a dureza e o humor, a análise profunda e o chiste rápido, a defesa de princípios e a ironia. Surpreendia a todos, com sua iconoclastia. Como, por exemplo, ao defender o divórcio e o fim do casamento indissolúvel, dizia que a Igreja Católica só nega o divórcio “porque sabe que o adultério é tão inevitável como a morte”. As

mulheres, dizia ele, vencidas, “conseguiram, pelo menos, enfeitar as respeitáveis cabeças de seus maridos, única vingança que podem tirar, até que transformemos esta sociedade”. Desconcertante, o comunista Marighella. Verdadeiro. Desmascarava o cinismo e a hipocrisia. Confrontava sem medo o conservadorismo reinante. Esse clima intenso de discussão política durou pouco: os ventos da Guerra Fria chegaram com força ao Brasil, e o PCB teve o seu registro cassado em 7 de maio de 1947. O pedido foi acolhido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a pedido dos deputados Barreto Pinto e Himalaia Virgulino, ambos do PTB, e que seguiam orientação de Dutra. A batalha em defesa da atuação legal dos comunistas se estendeu até o dia 8 de janeiro de 1948, quando os mandatos de doze deputados comunistas e do senador Luiz Carlos Prestes foram cassados. Foram preservados Diógenes Arruda Câmara e Pedro Pomar que, embora comunistas, haviam sido eleitos pelo Partido Social Progressista de São Paulo.

Prestes volta a viver na clandestinidade, como nos anos 30. Viveria um isolamento de uma década. A partir de 1953, tem como companheira Maria do Carmo Ribeiro, também militante do PCB, com quem terá sete filhos. Assina o Manifesto de 1º de Agosto de 1950, uma guinada nitidamente esquerdista do PCB, onde se propunha a derrubada do governo pela luta armada com vistas à construção de um governo revolucionário. Esta posição não prosperou, e nas eleições de 1955, o PCB apóia Juscelino e Goulart para presidente e vice. Em 1958, Prestes vê revogada a ordem de prisão preventiva que existia contra ele e vários outros dirigentes comunistas. Volta à vida legal, mas o PCB continuava legalmente impedido de se reorganizar. A Declaração de Março de 1958, aprovada pelo Comitê Central, foi uma espécie de resposta definitiva à guinada esquerdista de 1950. Aqui, o PCB, sob a direção de Prestes, assume claramente a perspectiva democrática, defendendo a participação dos comunistas no processo eleitoral e a legalização do partido. O PCB participa ativamente das lutas operárias e pelas reformas de base, particularmente pela reforma agrária. Intensificam-se as lutas operárias e populares e desenha-se um acirramento da luta de classes no Brasil, especialmente sob o governo reformista de Goulart, no qual o PCB, apesar de ainda não estar na legalidade, desempenha um papel importante.

Marighella também é obrigado a voltar à clandestinidade logo que o registro do partido e o mandato são cassados. É destacado para ficar em São Paulo, onde rapidamente começa a se confrontar com a orientação esquerdista do Manifesto de Agosto de 1950 e, com isso, o PCB consegue retomar a direção de vários sindicatos importantes. Marighella, principal dirigente do partido em São Paulo, foi o mais destacado impulsionador da greve operária de 1953, que chegou a congregar em torno de 400 mil trabalhadores e que só terminou com a concessão de 32% de aumento nos salários e soltura dos grevistas presos. Destacado para dar atenção ao trabalho dos comunistas no campo, diz que tal trabalho é essencial para que se concretize a aliança entre operários e camponeses. As impressionantes denúncias de Nikita Krushev contra Stálin, feitas durante o XX Congresso da URSS em fevereiro de 1956, causaram um forte impacto em Marighella, que não conseguiu terminar seu discurso durante reunião da Executiva do PCB, envolvido pelas lágrimas que expressavam todo o seu sofrimento. Era um mundo inteiro que desabava, na visão de Marighella. Por vários dias, o choro o assaltou, tal a dor por tudo aquilo. No rastro da crise provocada pelo Relatório Krushev, Marighella é guindado à Executiva do PCB em agosto de 1957.

Prestes, com o golpe de 1964, volta à mais absoluta clandestinidade, assim como seus companheiros de direção do partido. O PCB entra em crise. Vários dirigentes aderem à tese da luta armada, e saem para organizar alternativas ao que consideravam a linha conciliatória do PCB. Prestes, à frente do PCB, defende a necessidade de formar uma ampla frente única democrática contra a ditadura, e critica a tese da luta armada, que para ele não levava em conta a correlação de forças daquele momento. Depois do AI-5, a ditadura radicaliza, e o PCB, em 1971, decide que Prestes deve se exilar. Desapareceram as condições de segurança para sua permanência no Brasil. No exterior, participa da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Em meados dos anos 70, com o Comitê Central do partido todo localizado na Europa, Prestes começa a divergir da orientação dominante do PCB, centrada na chamada revolução nacional e democrática. Na opinião dele, não havia mais lugar para um capitalismo autônomo no País. Considerava que o partido, com essa orientação, deixava de lado a luta pelo socialismo e perdia sua combatividade.

Marighella, desde que chegou à Executiva, em 1957, desenvolveu duras críticas ao que considerava política de conciliação do partido. Divergia de Prestes quanto a isso. Durante o governo Goulart, não concordava que o partido fosse tão atrelado ao governo. Era fundamental, na visão dele, que os comunistas liderassem o povo e os trabalhadores para uma pressão mais decisiva ao governo visando à radicalização das reformas de base. Veio o golpe de 64, e as teses de Marighella ganhavam mais força, inclusive a da luta armada, que ele passa, então, a defender, na contramão da visão do PCB. Lamentava que o partido não houvesse se preparado para o golpe. E acreditava que agora não havia outro caminho senão o da luta armada. Ainda tentou, nos primeiros dias do golpe, organizar a resistência, evitar a continuidade do golpe. Impossível. No dia 9 de maio de 1964, é preso num cinema, na Tijuca, depois de muito lutar e levar um tiro à altura do coração. Ficou 80 dias preso e quando foi libertado, graças a um habeas corpus impetrado pelo advogado Sobral Pinto, assume de novo a clandestinidade. Soubera que a 2ª Auditoria Militar de São Paulo decretara a sua prisão preventiva.

Em outubro de 1979, com a anistia, Prestes volta ao Brasil, depois de oito anos de exílio forçado. Mais de 10 mil pessoas o recebem entusiasmadas no aeroporto internacional do Rio de Janeiro. Em março de 1980, divulga sua “Carta aos Comunistas”, rompendo com a política do PCB, que para ele abandonara a luta em favor da revolução e do socialismo. Torna-se novamente um peregrino da luta revolucionária, caminhando por todo o País em defesa de suas novas, e tão antigas, idéias. Em 7 de março de 1990, morre, no Rio de Janeiro. Teve um velório e um enterro dignos de um homem que soube honrar as melhores causas do povo brasileiro, e que atravessou o século XX como um protagonista fundamental da história, sempre ao lado dos ideais da democracia e do socialismo. Como Vargas, saía da vida para entrar na história.

Marighella se desliga da Executiva do PCB em 1966, consciente de que se afastava rapidamente da linha do partido. Em agosto de 1967, contra a opinião do PCB, vai à Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba, com o objetivo de participar da articulação da ação revolucionária na América Latina. Ainda em Cuba,

em setembro de 1967, Marighella recebe a notícia de ter sido expulso do PCB “por atividades fracionistas, incompatíveis com a condição de membro do partido”. Prestes, era, então, um dos comandantes centrais da orientação de ser duro com os que divergiam da orientação do partido. Marighella funda então a Ação Libertadora Nacional (ALN), voltada à atividade guerrilheira. Chegara afinal o momento da luta armada, que Marighella acalentara havia muito tempo. Começam as primeiras ações armadas na cidade, destinadas a angariar fundos para a luta guerrilheira no campo: bancos e carros-fortes e trens-pagadores expropriados, expropriação de explosivos. A ditadura percebe que os assaltos não são mais simples ações de marginais. E Marighella passa a ser o inimigo número um. Em setembro de 1969, escreve um documento denominado “As perspectivas da Revolução Brasileira”, onde fala da escalada revolucionária: a guerrilha urbana, a guerrilha rural e a criação do exército revolucionário. Ainda estava cheio de esperança no momento mesmo em que a repressão se aproximava da ALN e dele próprio. É assassinado na Alameda Casa Branca, em São Paulo, no dia 4 de novembro de 1969, pelo mais famoso torturador da ditadura, delegado Sérgio Paranhos Fleury. Saía da vida para entrar na história.

Prestes, como se viu, no outono da vida, e já com Marighella morto, vai unir-se às idéias de seu companheiro nas críticas ao que consideravam imobilismo do PCB. Um singular e último encontro dos dois, emocionante, deu-se no Instituto dos Arquitetos de São Paulo, no dia 10 de dezembro de 1979, numa cerimônia anterior ao traslado dos restos mortais de Marighella para Salvador, organizado pela viúva dele, Clara Charf. Prestes fez um emocionado discurso, encerrando-o com palavras que selaram a unidade de dois comunistas, que ficarão para sempre inscritos na história do Brasil como heróis da Pátria:

“Carlos Marighella! Teu nome e tua memória não serão jamais apagados da história do nosso povo. Teu exemplo de lutador pela felicidade do povo, por uma transformação social profunda que acabe com a exploração do homem pelo homem, juntamente com a de todos os que nestes últimos quinze anos souberam lutar até o fim pela completa emancipação da Pátria do jugo imperialista e pelo progresso social,

educará as novas gerações da classe operária e as de todos os trabalhadores brasileiros, contribuirá para reforçar sua organização e unidade, ajudará a educar e formar a juventude que continuará tua luta, a nossa luta revolucionária comunista, democrática e patriótica, elevará cada dia mais alto as bandeiras do socialismo e as levará à vitória. O Brasil popular e socialista cultuará para todo o sempre a tua memória”.

Luiz Carlos Prestes. Carlos Marighella. Dignos heróis da Pátria.

Sala das Sessões, em de junho de 2011.

DEPUTADO EMILIANO JOSÉ
PT/BA

DEPUTADO EDSON SANTOS
PT/RJ